

Documento final da Reunião Carta dos Quilombos do Brasil

Os participantes da Reunião de Lideranças Quilombolas, preparatória para a Conferência Nacional do Meio Ambiente e Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, no dia 3 de outubro de 2003, no Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, de 10 às 17 horas, assim se pronunciaram:

Recomendam que a organização Nacional da Conferência Nacional do Meio Ambiente e da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente mantenha contato e uma relação continuada com a Coordenação Nacional Quilombola – CONAQ, mobilizando-a para as Conferências. Dulce Maria Pereira, da Interforum Global: Intercâmbio e Desenvolvimento Sustentável, na capacidade de membro da Comissão Organizadora, deverá articular o contato.

Entendem que as Comunidades quilombolas devem ser informadas sobre a Agenda 21 Local, capacitadas para que sejam incluídas na construção das mesmas e para identificar suas possibilidades na elaboração das Agendas Locais e a viabilidade de implementação do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE em seus territórios.

Reivindicam a inclusão, nas conferências, dos temas propriedade intelectual quilombola e proteção dos seus conhecimentos tradicionais, assim como a revitalização dos sítios históricos e espaços eco-culturais. Os exemplos são: construir o Eco Museu Chico Tomé na comunidade quilombola de Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa – BA; desenvolver projetos de Eco-turismo na comunidade quilombola dos Mesquitas na Cidade Ocidental, estado de Goiás; rever o processo conduzido em relação às comunidades em Alcântara.

Propõem seja realizada uma oficina de intercâmbio entre os quilombolas e os convidados internacionais da conferência e a organização de uma oficina aberta sobre os quilombos.

Desejam articular, com o Ministério do Meio Ambiente, como resultado da conferência, o intercâmbio entre os quilombolas dos Estados, e também com outros países, visando troca de experiências referentes aos processos de desenvolvimento sustentável e às agendas 21 locais.

Solicitam à Ministra Marina Silva e à Coordenação da Conferência, recomendar aos estados, municípios e instituições que facilitem a participação das comunidades quilombolas nas pré-conferências e, ainda, ao sistema de ensino que assegure o acesso das crianças e jovens quilombolas às conferências locais do meio ambiente e infanto-juvenil pelo Meio Ambiente.

Ainda, o documento final a ser debatido na conferência nacional, deve incorporar uma reflexão sobre a sustentabilidade humana e a ambiental, a partir da perspectiva quilombola.

Reivindicam a elaboração de um Plano Nacional de sustentabilidade das comunidades quilombolas que seja tratado de forma a contemplar a educação ambiental nos quilombos, assim como as informações sobre as possibilidades e adequado manejo ambiental, superando a abordagem tradicional dos impedimentos impostos às comunidades, como acontece.

Reafirmam que a conferência deve abordar o conceito de quilombo como espaço territorial protegido e celeiro cultural estratégico para a valorização da biodiversidade.

Salientam que situações de emergência, que impõem às comunidades grande fragilidade e permanentes agressões ao ambiente, como por exemplo ocorre na comunidade de Mata Cavalo no Mato Grosso, os Amaros e São Domingos em Paracatú – Minas Gerais, os Mesquitas e os Kalungas em Goiás, o Curiaú no Amapá, Pau D'Arco e Parateca, Nova Batalhinha e Jatobá na Bahia, Alcântara no Maranhão, Santana no Rio de Janeiro, entre outros, devem ser objeto de um programa emergencial e essas situações da população quilombola devem ser tema específico, da Conferência.

Ações de inclusão da população quilombola no processo de desenvolvimento sustentável devem ser transversais àquelas de saúde, educação, ação social, trabalho emprego e renda, processos fundiários, de forma a superar a fragmentação criada por ações meramente pontuais.

Ressaltam que a imposição aos quilombolas de ambientes toxicantes; do uso de agrotóxicos e de produtos cuja utilização não conta com aprovação científica universal; a pressão dos grileiros; o clima de violência e ameaças pela ausência de títulos de posse e do domínio da terra, além da imposição de convívio em ambientes com práticas de agressão ambiental, devem ser objeto dos trabalhos da Conferência.

Reforçam que deve haver um parágrafo específico sobre os quilombos do Brasil no documento base da Conferência, a ser construído em parceria com a Coordenação Nacional de Quilombos.

Os participantes da reunião sugerem que Simplício Arcanjo Rodrigues, capacitado nessa reunião preparatória, tenha recursos disponibilizados através do Ministério do Meio Ambiente para atuar como mobilizador dos quilombolas para que eles sejam informados e participem nas Conferências. Reivindicam ainda que Dulce Maria Pereira, da Interforum Global, entidade articuladora desse dia de trabalho, na qualidade de integrante da Comissão Nacional, visite a Coordenação Nacional de Quilombos no Maranhão e ainda, que participe da reunião da entidade em Recife dia 11 de outubro de 2003, para potencializar a inclusão quilombola no processo nacional.

Parabenizam a Ministra Marina Silva, sua Equipe e a Interforum Global pela iniciativa de assegurar possibilidades para inclusão do tema dos quilombos na Conferência Nacional do Meio Ambiente.

Incluindo as Comunidades Quilombolas, Vamos Cuidar do Brasil!

Brasília, 03 de outubro de 2003.